

Resenha bibliográfica 2

Economic stabilization in developing countries

Cline, William R., e Weintraub, Sidney, eds.
Economic stabilization in developing countries.
Washington, D. C., The Brookings Institution,
1981. 517 p.

EDMAR LISBOA BACHA *

Duas perguntas tradicionais para economistas especializados em desenvolvimento econômico são: por que os países em desenvolvimento parecem ser tão propensos à inflação e ao desequilíbrio do balanço de pagamentos?; e por que políticas ortodoxas de estabilização frequentemente falham quando aplicadas a estas economias?

A resposta ortodoxa padrão à primeira questão aponta para a falta de disciplina fiscal e monetária por parte dos governos dos países em desenvolvimento. Uma explicação semelhante é fornecida para a segunda charada: políticas de estabilização requerem tempo para alcançar resultados positivos; elas falham porque os países em desenvolvimento abandonam a disciplina fiscal e monetária ao primeiro sinal de dificuldades.

A heterodoxia é, naturalmente, mais diversificada em suas respostas. Pelo menos na América Latina, ela responderia que as características estruturais do subdesenvolvimento (tais como falta de indústrias de bens de capital, baixas taxas de expansão de exportação, suprimento agrícola rígido e sistemas financeiros pouco desenvolvi-

* Da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

dos) — associadas a conflitos sociais resolvidos de maneira inteliz — explicam por que em países em desenvolvimento a industrialização é freqüentemente caracterizada por inflação e desequilíbrios externos. Políticas ortodoxas de estabilização falham porque não agem diretamente na raiz do problema do desenvolvimento. Seu “sucesso” neste contexto poderia ser conseguido somente à custa do desemprego urbano e de baixas taxas de crescimento industrial. É interessante notar neste contexto que, contrariamente às atuais tendências nos Estados Unidos, a orientação para a oferta (*supply side economics*) em países em desenvolvimento é um privilégio dos economistas de esquerda, enquanto que as análises com orientação para a demanda são dominadas pelo pensamento monetarista conservador.

O presente volume é um proveitoso levantamento destas controvérsias do Terceiro Mundo, embora, na maioria das vezes, a partir de uma perspectiva do Norte. Ele relata os resultados de uma conferência sobre políticas de estabilização em países em desenvolvimento, organizada pela Brookings Institution, em Washington, D. C., em outubro de 1979.

No cerne deste volume de 517 páginas, há cinco estudos sobre experiências de estabilização durante os anos 70, no Cone Sul da América Latina (A. Foxley), México (S. Weintraub), Peru (W. Cline), Tanzânia (J. Weaver e A. Anderson) e Paquistão (S. Guisinger). Modelos macroeconômicos de programação de origem keynesiana são aplicados à Malásia por M. Ahluwalia e F. Lysy, e um modelo macroeconômico de tamanho médio é desenvolvido para a Coréia por R. Norton e S. Rhee. Pontos de vista alternativos sobre as afinidades das políticas de estabilização com as políticas de liberalização do comércio e com o monetarismo global (como as aplicadas no Cone Sul da América Latina) são apresentados por A. Krueger e C. F. Díaz Alejandro. I. Friedman relata o ponto de vista de um banqueiro sobre o papel dos bancos privados nas tentativas de estabilização em países em desenvolvimento, e S. Black apresenta análises estatísticas sobre os determinantes da confiabilidade creditícia internacional de distintos países. O volume começa com um ensaio introdutório dos editores e termina com uma discussão teórica de L. Taylor sobre “IS-LM nos trópicos”. Cada en-

saio é seguido pelos comentários de um debatedor principal e por um sumário dos debates entre os participantes.

Os ensaios de Foxley e Díaz se complementam: enquanto o primeiro focaliza os aspectos distributivos internos, o segundo enfatiza o comércio externo e as características financeiras da experiência do Cone Sul nos anos 70. Os estudos de Cline, sobre o Peru, e de Weaver e Anderson, sobre a Tanzânia, se sobressaem entre os estudos de caso. Os contextos político e social destas experiências de estabilização são muito mais interessantes que os do México ou do Paquistão, o que é confirmado pelo calor dos debates que se seguiram às respectivas apresentações.

O modelo econométrico da Coréia, de Norton e Rhee, apresenta uma incomum função de oferta agregada, com a produção sendo uma função positiva dos preços, da moeda nominal e das exportações. Uma função de demanda agregada de acordo com a teoria quantitativa é considerada, mas resulta que uma contração na oferta de dinheiro tem um efeito negativo mais forte na produção que na demanda agregada. Conseqüentemente, o nível de preços aumenta quando a oferta de dinheiro diminui. Este estranho resultado provocou intenso debate na conferência, mas é interessante notar que este é o resultado esperado a curto prazo nos modelos IS-LM de Taylor, quando os bancos proporcionam o capital de giro das firmas e o grau de monetização da economia é baixo. O resultado aparece a curto prazo e, conseqüentemente, não pode ser usado para defender o ponto de vista de que a oferta de dinheiro deva ser aumentada como uma maneira de lutar contra a inflação. Não obstante, ele qualifica fortemente o efeito presumidamente "normal" do dinheiro sobre os preços, nas condições econômicas dos países em desenvolvimento. Neste contexto, é necessário assinalar que Cline e Weintraub enganam-se quando, na p. 35, referem-se ao Brasil como o exemplo de país em desenvolvimento onde uma curva de Phillips "normal" é observada entre a aceleração da inflação e a queda de produção. O trabalho econométrico de A. Lemgruber, que eles apresentam como sendo uma evidência disto, depende criticamente de uma especificação inadequada da função de oferta agregada. Quando os efeitos da política de salário mínimo e dos choques externos são levados em consideração, o coeficiente do

hiato de produto muda de sinal e perde significação estatística para explicar as variações no índice da inflação. (Cf. Resende, A. L., e Lopes, F. Sobre as causas da recente aceleração inflacionária. *Pesquisa e Planejamento Económico*, Rio de Janeiro, 11 (3):599-616, dez. 1981.)

Duas lições podem ser tiradas deste livro no que se refere aos temas com os quais esta resenha teve início. Primeiramente, em oposição ao ponto de vista de A. Harberger na p. 227, o debate entre monetaristas e estruturalistas definitivamente não foi “amplamente resolvido na famosa conferência do Rio de Janeiro, há mais de 15 anos atrás”. Muito ao contrário, este volume mostra que tal debate está vivo e bem vivo (de fato, como atestado pelos novos pontos de vista de Okun, Solow e Tobin, entre outros, a controvérsia conta agora com eminentes adeptos nos Estados Unidos). Em segundo lugar, a divergência de opiniões exposta neste volume confirma que há um longo caminho a percorrer antes que os economistas possam ter sucesso na proposição de políticas que assegurem crescimento juntamente com estabilidade de preços em países em desenvolvimento com sistemas políticos razoavelmente democráticos.

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05
CDU 33(81) (05)

